

RECURSOS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO NO CAMPO: CARACTERÍSTICAS, BENEFÍCIOS, PROBLEMÁTICAS E DIRETRIZES

Rayla Neves Marques¹
Kesley Mariano da Silva²

RESUMO: Através da literatura, o presente trabalho objetiva analisar a educação rural e as dificuldades da modernidade aprofundando a respeito dos recursos digitais na educação rural, as características desse modelo de educação, seus benefícios, problemáticas e diretrizes. O presente trabalho tem por inspiração a disposição atual do ensino rural brasileiro quanto às verdadeiras carências da educação no ensino rural, do campo e no campo. Como base teórica fundamenta-se em textos produzidos por pesquisadores de importante interface nos campos da história, educação e política educacional brasileira. Propõe a análise crítica e objetiva quanto ao percurso histórico da educação no Brasil, a definição do ensino nas comunidades rurais e sua digitalização e por fim como se dá o alcance dela no ambiente rural.

PALAVRAS-CHAVE: educação rural. educação do campo. digitalização do ensino. internet.

ABSTRACT: Through the literature, this research aims to analyze the education in the countryside and the difficulties of modernity discussing about digital resources in rural education, the characteristics of this method of education, their benefits, issues and guidelines. The present study is inspired by this present setting of countryside education, as regards the real needs of education in non-urban areas. From de countryside, to the countryside. The theoretical framework is reasoned on texts produced by researchers, who have an important interface in the countryside's history, education and Brazilian's educational policy. This study allows a critical and concise analysis about the historical path of education in Brazil, the definition of education in non-urban areas, digitalization and, finally, how it arrives to this region.

KEYWORDS: countryside education. non-urban education. Digitization of teaching-learning. internet.

Data de Submissão: 04. NOV. 2022.

Data de Aprovação: 20 DEZ. 2022.

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste na explanação da digitalização no meio rural a partir de suas características, métodos conceptivos, benefícios, problemáticas e a capacidade

¹ Graduação em Letras pelo Centro Universitário Alfredo Nasser – 2020. E-mail raylamarquesneves20@gmail.com

² Graduação em Letras: Português/Inglês (UEG – 2007); Graduação em Direito (UniMB – 2009); Especialização em Docência do Ensino Superior (FINOM – 2012); Especialização em Língua Portuguesa e Literatura (Faculdade ESEA – 2021); Mestrado em Ciências da Educação (UNESA - 2016); Doutorado em Ciências da Educação (UDS – 2020). E-mail kesleymariano@hotmail.com

dessa explanação de atender a educação do campo no campo. Neste artigo será descrita a preocupação com a educação do campo, questionando se essa modalidade de ensino permite romper com o tradicionalismo presente na educação rural. O trabalho apresentará uma explanação bibliográfica de fatos históricos, dados e conceitos que exemplifiquem e justifiquem o desenvolvimento de modelos e metodologias digitais na educação rural.

A educação rural e os desafios relativos à modernidade (LEMOS, 2017) são temas que tendem à multidisciplinaridade. Uma vez que necessitam de um embasamento histórico, político e econômico, além da visualização do contexto social, filosófico, pedagógico e tecnológico. O interesse nesse tema vem pela necessidade de exposição do amadurecimento e inovação dos métodos digitais de ensino contemporâneo e como ele se aplica ao ensino rural.

Os desafios do ensino rural, e sobretudo da sua informatização, envolvem diversos grupos e espaços. Remetem tanto à prática pedagógica nas escolas urbanas quanto das escolas rurais, sabendo que os métodos da escola rural são moldados a partir de um modelo pré-existente, que é a escola urbana. Esses espaços são complementares e de igual valor, com tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural (SANTOS, 2017).

Nesta mesma percepção de envolvidos no fomento das práticas pedagógicas digitais está o olhar para professores, educandos e gestores. Como os envolvidos se reajustam a esse formato de ensino?

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, promove o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio. Para receber esse programa a escola deve estar devidamente adaptada para receber os computadores, tendo especificações como quantitativo de alunos e infraestrutura adequada.

Além dos programas desenvolvidos pelo governo também existem as políticas públicas e projetos constituídos pela iniciativa privada. Iniciativas como o Projeto UCA (Brasil, 2009), Pronacampo (Brasil, 2010) e o projeto Aula Digital (Fundação Telefônica, 2018) têm por objetivo a inclusão das escolas através da internet, computadores e softwares. No entanto, será que esses projetos são suficientes para adaptação dos alunos e professores ao meio digital? Será que o alcance da

infraestrutura adequada é satisfatório para políticas públicas de ensino? Como funciona o desenvolvimento da capacitação de professores e alunos para usufruir destes equipamentos?

Transformar o modelo de aprendizado escolar é um processo lento e difícil e requer suporte voltado para a formação dos professores e adequação para os alunos para situações que lhes permita explorar as tecnologias digitais e desenvolver suas próprias experiências e, então, pensar em práticas pedagógicas. De acordo com o sociólogo e pesquisador Manuel Castell, em uma “Sociedade em Rede”

[...] a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. [...] não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia [...]. Segue uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). (CASTELL, 1999, p. 51)

O autor reflete sobre o relacionamento entre pessoa e tecnologia e como esses devem entrar em sintonia de modo gradativo. Isso nos leva a pensar em como os envolvidos da educação rural se adequam não só ao uso das tecnologias digitais, mas como a aceleração dessa implantação reflete no ensino e como as pessoas se adaptam de forma imediata. Os tempos de emergência e a necessidade do ensino a distância força um único percurso para o ensino que é a internet. Segundo o parágrafo 4º do artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa modalidade de ensino é perfeitamente aplicável em situações de emergência. Não obstante, é necessário avaliar a capacidade e qualidade do ensino em atender tais demandas.

1. DA HISTÓRIA AO CONCEITO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

Primeiramente deve-se compreender os traços históricos da educação rural no Brasil. A educação rural brasileira é construída de forma descontinuada e tardia, moldada por conflitos sociais e políticos aplicados ao desenvolvimento agrícola e movimentos populares e assim se tornando cenário não apenas de conceituação educacional, mas também de embates políticos e uma série de lutas. Segundo Torres,

Alguns registros apontam que a Educação Rural figura os mecanismos de ensino desde 1889 com a Proclamação da República, época em que o governo instituiu uma Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria para atender estudantes das áreas rurais, entretanto, a mesma foi extinta entre 1894 a 1906, reinstituída em 1909, como instituições de ensino para agrônomos. Considera-se que a Educação rural conceitualmente como a conhecemos, surgiu, no Brasil, por volta de 1917, quando a migração rural/urbana passou a ser vista como um problema, sendo assim, utilizada como um dos instrumentos para contê-la. (TORRES, 2009, p. 03)

Torres (2009) ainda salienta que o professor rural, nesta fase da educação rural, devia manter um relacionamento mais próximo aos alunos para que estes fossem educados baseando em seu cotidiano. Todavia este modelo de ensino sofreu dificuldades como a demanda de alunos relativo à quantidade de escolas, distância da escola à moradia rural e desinteresse do educando justificado por estes e outros fatores.

Logo mais, na década de 1960, a educação parte de um interesse da elite brasileira que se preocupava com a ocupação popular das periferias dos centros urbanos. Baseado na necessidade de diminuição da população periférica urbana, o Estado assume uma estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) de 1961, art. 105 situou que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”.

No mesmo contexto de formação da educação nacional, a LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71), sancionada em pleno regime militar, confere a educação para o mercado de trabalho como prioridade sobre a educação geral do indivíduo. Esta qualificação do ensino logicamente aplicada a educação no meio rural, se coloca a serviço da produção agrícola.

De acordo com Souza (2008) As discussões sobre educação do campo tomaram forma e força desde o desenvolvimento do MST, como o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária em 1997 e a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo em 1998. Em 1990, vários estados organizaram projetos

de Educação de Jovens e Adultos³, acumulando experiências para a elaboração do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (1998).

Percebemos que, por um lado a educação rural no Brasil é desenvolvida com base em interesses políticos da elite ruralista, uma vez que a sua construção histórica advém da necessidade de profissionalização dos trabalhadores para que eles pudessem cumprir com as novas tarefas exigidas pelo serviço no campo. E por outro lado, a educação do campo parte do movimento social, o qual propõe a inquietação para o modelo da educação rural e suas condições pedagógicas.

Na década de 1960 a participação de Paulo Freire foi de fundamental importância como sustentação teórica da escola no campo e para estruturação do equilíbrio entre a escola urbana e rural. Leite (1999) afirma que Freire revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos. O que também fortalece a educação do campo.

A lei nº 9394 de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) e através desses dados podemos notar que gradualmente a educação rural vem se aproximando dos modelos de educação urbanos. Não obstante, mantendo o programa de necessidades do meio rural. Esta lei descreve no Art. 28 que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]”. Ela compreende que apesar da necessidade de igualdade entre os ambientes de ensino urbano e rural, cada ambiente precisa de suas adaptações específicas.

A educação básica como direito do indivíduo e obrigação do Estado é de fato discriminada apenas na Constituição Federal de 1988. Apesar de constituições anteriores citarem a educação, ela ainda está centralizada, e só em 1988 recebe atenção para reforma da educação pública, popular e também do campo.

Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

³ A sistematização da EJA acontece na constituição de 1934 a partir do Plano Nacional de Educação (PNE). Não obstante, o avanço da modalidade se deu no II Congresso Nacional de Educação de jovens e Adultos que ocorreu no ano de 1958 e que contou com a participação do educador e filósofo Paulo Freire.

Com o passar das décadas nota-se a mudança da intencionalidade da educação no campo. A CF de 88 tornou-se um marco para a educação e direitos sociais e expande para novas diretrizes, emendas constitucionais, pareceres e resoluções. A partir deste, é previsto o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴, o qual apresenta diretrizes como universalização do ensino escolar, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País. Esta constituição também prevê o Plano Nacional de Educação (BNCC) o qual tem a primeira versão redigida em 2014, aberta para consulta pública em 2015, discutida pelo país em 2016, redigida em 2017 em sua terceira versão e enfim homologada pelo MEC em dezembro deste mesmo ano. Sendo que seria, segundo o site da BNCC, implementada dois anos após sua homologação, iniciando, assim, um processo de diálogos com os sistemas e as redes de ensino sobre as principais etapas da implementação.

É possível notar que o planejamento educacional brasileiro vem se estabelecendo recentemente. Desde as previsões da educação em lei iniciais até modelos mais discriminados e sólidos de afirmação da educação como direito de todos, percebemos que o processo é lento e tardio. Assim como a educação rural e seus modelos digitais. É necessário compreender que alunos e professores ainda estão em período de adaptação com bibliografias, modelos de aplicação do ensino tradicional em sala de aula e conformidade com leis e outros documentos que expõe atualizações referentes ao ensino. Logo, é possível imaginar que mesmo sendo até de extrema necessidade a inserção de modelos e equipamento digitais, ainda há um longo percurso pela frente, com desafios de análise, inserção e adaptação de professores, alunos e a escola como um todo para o universo digital.

2. DEFINIÇÃO DO ENSINO NAS COMUNIDADES RURAIS E SUA DIGITALIZAÇÃO

O ensino nas comunidades rurais não deve apenas ser compreendido como um modelo de adaptação profissional no campo. Vimos que a educação rural é um formato limitador para a formação do indivíduo como um participante com direito a educação e igualdade social. Uma vez que o mesmo está envolto de preconceitos e

⁴ LEI Nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

injustiças historicamente construídos devido a planejamentos, leis, urbanização de modelos educacionais e formação de uma educação voltada para aplicação do desenvolvimento industrial. Freire reflete a mecanização do indivíduo estudando a concepção “bancária” e a contradição educador-educando. Ele afirma que,

Esta concepção “bancária” implica, além dos interesses já referidos, em outros aspectos que envolvem sua falsa visão dos homens. Aspectos ora explicitado, ora não, em sua prática. Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como “corpos conscientes”. A consciência como se fosse alguma seção “dentro” dos homens, mecanicistamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá “enchendo” de realidade. Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em seus conteúdos. (FREIRE, 1970, p. 40)

O autor diz que o objetivo dos pensadores da educação é chamar a atenção dos verdadeiros humanistas para o fato de que eles não podem, na busca da libertação, servir-se da concepção “bancária”, sob pena de se contradizerem em sua busca. Logicamente, o ensino, inclusive nas comunidades rurais e a digitalização do mesmo, não poderia se manter dentro de um sistema econômico de educação como vinha se reafirmando.

A digitalização como um todo na sociedade está cada vez mais presente no Brasil e no mundo. A profissionalização, educação, cultura e demais aspectos da inserção do indivíduo na sociedade estão cada vez mais dependentes de uma formação informatizada. A própria BNCC, como conteúdo de discussão do Conselho Nacional de Educação (CNE), cita a internet como metodologia de ensino, aprendizagem e legitimação da informação. Softwares como aplicativos de texto, slide, jogos, planilhas, orçamentos, sites de estudos e uma infinidade de outros meios de aplicação educacional e profissional estão se tornando indispensáveis para a formação de um indivíduo no meio comum.

1.1 Conceito da educação rural e do campo

Para dar continuidade as discussões a respeito da digitalização do ensino rural devemos entender o conceito da educação do campo, a qual não se trata de uma extensão da educação rural, mas humaniza o conceito histórico da educação rural

para que assim a inserção da digitalização seja debatida. A educação rural diferencia-se pelo fato de ser uma mobilização em favor de levar o ensino às populações rurais, seja ele em salas multisseriadas, com professores para atender alunos de séries e idades diferentes, ou pela dificuldade de deslocamento de muitos professores, por isso não têm formação adequada, portanto, uma educação fundamentada somente no aprendizado do ato de ler, escrever e fazer conta (SIMÕES; TORRES, 2011, p. 02-03).

Diferentemente da educação rural, a educação do campo é um reflexo de movimentos sociais. Ela é definida pela democracia e o seu movimento no Brasil destaca-se com a realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) na década de 90. É indispensável falar sobre a educação do campo sem citar a importância das lutas sociais, dos trabalhadores como protagonistas e sujeitos das ações pedagógicas.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2012, p. 15)

A educação do campo é um processo que está em construção, considerando a formação do indivíduo que trabalha e reside no campo e também deve se formar no campo. Todavia, a educação no campo deve se firmar a um ensino de base que foi desconsiderado há muito tempo, assim como na escola urbana, o aluno deve obter o ensino de conceito emancipatório e, por si mesmo, educativo. Não obstante, a educação do/no campo ainda sofre com a incidência da pobreza, exclusão social e políticas públicas que não só ofereçam o direito a educação de base, mas também garantam o direito à educação no campo.

1.2 A inclusão da digitalização do ensino camponês

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (VYGOTSKI, 1991). O autor em “A formação social

da mente”, reflete sobre a necessidade de um percurso consciente na vida do indivíduo para a formação adequada da interação social e a transformação da atividade prática. Pode-se entender, através deste, que é de fundamental importância não só um percurso estruturado da educação, mas também um percurso estruturado do indivíduo ensinado durante toda sua vida didática.

Em Vygotsky (1991) encontramos duas fases do pensamento no desenvolvimento da criança: o pré-verbal e o verbal. O pensamento se torna verbal quando ocorre a aquisição da linguagem. Neste sentido, faz-se relevante acrescentar o aspecto da independência entre fala e a atividade prática. O conceito de atividade aqui refere-se à perspectiva sociointeracionista de Vygotsky (1991), segundo a qual um sujeito age sobre o outro por meio da linguagem.

O indivíduo precisa desenvolver habilidades de gerenciamento de conteúdo (conhecimentos) *on-line* e *off-line* com inteireza. A tecnologia torna quase que instantânea a transmissão de materiais didáticos e de interesse da escola, professores, alunos e pais de alunos. Mesmo que a internet seja de suma importância para o aprendizado hodiernamente, ela ainda está presente em poucos espaços rurais. Em uma análise das metodologias das escolas rurais Maroti (2015) evidencia a necessidade de não sobreposição da internet para os materiais didáticos impressos justamente por ela não estar presente para todos os educadores e educandos no meio rural. O autor inicia sua reflexão dizendo,

As escolas, principalmente em âmbito rural, utilizam-se de materiais didáticos (MD) impressos e, em sua maioria, descontextualizados da realidade local, dificultando, de alguma forma, o trabalho docente uma vez que esses MDs são, na maioria das vezes, a única fonte de informação do professor. A internet ainda é algo distante no contexto rural. Somado a isso, os conteúdos abordados nos MDs são focados na realidade urbana, em detrimento da realidade rural. (MAROTI, 2015, p. 141)

O autor cita a metodologia participativa para, antes de tudo, compreender a realidade local de professores e alunos. O partido desta é a interação com a comunidade rural criando materiais didáticos a partir diversas ferramentas de ensino. É preciso produzir um ambiente de ensino que coincida com a vivência das pessoas e ressaltar que a internet vem com a necessidade de conscientizar o usuário para administração do tempo para dedicação ao ensino, redes sociais e jogos, sendo que o ensino depende de uma gama de capacidades que devem ser desenvolvidas para enfim alcançar o conteúdo ensinado.

O professor nessa sociedade digital está cada vez mais preocupado em adaptar-se as mudanças e a lidar com tecnologias digitais aplicadas ao ensino, se formando para ser ancora nesse processo de digitalização educacional. O mesmo deve identificar as portas e barreiras do ensino digital, com vistas à maneira como a internet alcança as comunidades rurais e todas as características influentes desse modelo aplicado. Os professores têm a consciência da alteração do seu papel com a inserção de modelos digitais e que ele deve ser um agente transformador na sociedade e ponte entre o usuário e a educação modernizada.

Para Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia* (1996) não existe ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Segundo o educador e filósofo brasileiro, o professor não é capaz de ensinar sem a pesquisa. Logo não poderia se adaptar aos modelos digitais de ensino sem antes se capacitar para tal manifestação da educação. Freire ainda reflete a respeito da rigorosidade metódica que o ensino deve exigir dizendo,

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada a ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do objeto ou conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou conteúdo, suficientemente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 1996, p. 54)

Freire reflete sobre um lado esquecido da educação, que é a autonomia do educando e a importância do educador para indicar esse caminho. Enquanto as políticas públicas de ensino tendiam para a capacitação profissional em massa, com interesses meramente econômicos, Freire (1996) apresenta a eficiência popular de um ensino democrático e crítico.

3. O ALCANCE DA DIGITALIZAÇÃO DO ENSINO EM COMUNIDADES RURAIS

Para compreender o alcance da digitalização do ensino em comunidades rurais foi preciso definir um compilado de referências bibliográficas, sendo realizada uma pesquisa de caráter qualitativo-descritivo. Primeiro foi entendida a significância dos termos para esta revisão bibliográfica, logo a discriminação sintética do percurso do

ensino no Brasil, para enfim aplicar este conhecimento as análises de vivência do indivíduo do campo para com a educação e educação via modelos digitais.

Os dados disponíveis no Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) demonstram que as áreas rurais não possuem uma cobertura “necessária”, que atenda o acesso à Internet àquela parcela da população que reside em tais localidades (ONID, 2019). Cabe salientar que os dados de entrada de registros na base do ONDI consistem apenas de identificação do projeto, informações de contato e endereço. Não há nenhuma classificação em projetos rural e urbano, mas por uma análise de identificação por parte dos gestores do referido Observatório somado a localização dos projetos (PAGLIS, 2020).

A inclusão digital no meio rural é um processo de inclusão à cidadania, muito além de acesso à internet e computadores. Ela promove a interação com o mundo da informação e comunicação, além de quebrar barreiras entre o indivíduo urbano e rural. A informatização do ensino de base para crianças, jovens e adultos depende de tempo. Tempo para adaptação desse modelo de ensino, seja ela a adaptação para apropriação, compreensão, infraestrutura local, formação do professor ou capacidade de manipulação dos modelos digitais.

1.3 A escola do campo

De acordo com o Documento Curricular Para Goiás (DC-GO)⁵, a educação de estudantes camponeses, em Goiás, conta com 76 escolas rurais e algumas extensões específicas e com temporalidades diferenciadas (nem sempre são escolas fixas). Estão localizadas em áreas rurais (fazendas, sítios e chácaras), em acampamentos temporários e em assentamentos de terras vinculadas aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, como o MST.

Para o DC-GO as estruturas para o estudante camponês devem se adaptar as dinâmicas socioambientais do campo. O currículo escolar deve ser garantido e vinculado às práticas e vivências do ambiente rural. E Documento Curricular para Goiás ainda destaca que os professores dessas instituições de ensino precisam de

⁵ O Documento Curricular para Goiás (DC-GO) é fruto de uma ação cultural coletiva em torno da Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no território goiano. Essa ação envolveu inúmeras frentes de estudo, investigação, análise e diálogo com professores da Educação Básica e da Educação Superior, via (re)elaboração curricular.

formação e um olhar diferenciado aos estudantes camponeses, a fim de garantir a Educação Básica concreta, preservação dos seus modelos de vida, os espaços e transportes para o ensino.

O caderno “Educação do campo: diferenças mudando paradigmas”, dos Cadernos SECAD (Brasil, 2007) permite diagnosticar o cenário da educação rural e como ela pode validar a digitalização do ensino. Ele cita problemáticas em relação à educação no campo através de pesquisas realizadas pelo Inep como a insuficiência de recursos de transporte, instalações físicas, qualificação profissional e ausência pedagógica.

Tais problemáticas influenciam diretamente no alcance da digitalização da educação rural. Por um lado, está a eficiência dos modelos digitais como ferramentas de ensino presencial ou a distância. Por outro, estão as barreiras atuais para a inserção destes meios. Sendo que, de acordo com o Inep, 28,5% dos estabelecimentos não possuem energia elétrica, apenas 5,2% dispõem de biblioteca e menos de 1% oferece laboratórios de ciências, informática e acesso à internet.

O caderno “Educação do campo: diferença mudando paradigmas”, dos Cadernos SECAD (Brasil, 2007) apresenta o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Alguns objetivos do programa incluem ampliar a oferta de educação básica no campo, melhorar a qualidade de oferta de educação para todos os estudantes do campo, promover a inclusão digital das escolas do campo e expandir o acesso à informática com fins pedagógicos com a distribuição de laptops no modelo 1:1 em escolas com até 20 matrículas e que não possuem infraestrutura para LIE. (PESCADOR; VALENTINI, 2019, p.139).

Percebemos que a efetivação das políticas públicas de educação e ampliação da digitalização no ensino dependem não apenas do programa em si. A qualidade no ensino é vinculada à estrutura, disponibilidade e alcance de recursos tecnológicos, qualificação profissional e apropriação popular. Pescador e Valentino (2019) afirmam que pensar em inclusão social e digital implica ir além do acesso a um computador ou aprender a usá-lo e perpassa pela concepção de uma educação efetivamente para todos, de qualidade e ao longo de toda vida.

3.2 A digitalização da Educação no Campo como solução

Segundo a Unesco, 1.576.021.818 estudantes foram impactados imediatamente quando 188 países fecharam as portas de suas escolas e universidades em março de 2020. Em novembro, no Brasil, são mais de cinquenta milhões de alunos afetados e apenas 12,8% do total de alunos. Estes dados evidenciam a volatilidade do ensino em momentos de crise. Neste ano atípico as instituições de ensino precisaram reinventar a forma de ensinar. Após quase sete meses de suspensão das aulas presenciais, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou na terça-feira, 06 de setembro, a fusão do ano letivo de 2020 com o de 2021. Esta iniciativa suspende o ano letivo, fazendo com que o aluno não seja aprovado ou reprovado, podendo assim, recuperar de modo presencial, virtual ou por materiais desenvolvidos pelos professores para aqueles alunos que não dispõem de internet para acompanhar as atividades escolares. Não obstante, estas medidas são tomadas sem uma previsão para a retomada do formato de ensino tradicional e em algumas situações elas não são eficazes.

Na matéria “Escolas rurais em quarentena: internet via rádio, acesso limitado aos materiais impressos e evasão escolar” Bimbati (2020) expõe a fala da professora Rute, que diz,

Nem todos os alunos têm internet e quando têm é de péssima qualidade porque é via rádio, o que deixa ainda mais lenta”, conta a professora Rute Neves, da rede pública municipal de Angelina, uma cidade de pouco menos de 5 mil habitantes no interior de Santa Catarina. “Quando o dia está nublado, a internet já ‘buga’, como dizem meus alunos”, complementa a docente. (BIMBATI, 2020, *on-line*)

Levando esta instabilidade atual para o campo, as consequências se agravam. A distância entre a instituição de ensino e a moradia e a disponibilidade de recursos digitais e físicos para educador e educando são umas das dificuldades para manter a educação no campo. Segundo a Nova Escola (2012) o Brasil está em 74º lugar no ranking de analfabetismo mundial. Se fosse considerado apenas o Brasil rural, estaríamos em 107º lugar com uma média de 23% de analfabetos. Mesmo fora do momento de pandemia mundial, a taxa de abandono na zona rural é 70% maior que na zona urbana. Mesmo com a retomada das aulas presenciais, é evidente que o ensino não será o mesmo. Todas as estatísticas e providências citadas são de grande importância para o ensino durante e pós pandemia.

A inserção da internet no campo para um ensino à distância abre portas para pessoas que não têm a opção de chegar à escola. Moradores de locais afastados dos centros urbanos e, às vezes, de difícil acesso, milhares de crianças e adolescentes da zona rural, de quilombos e de comunidades ribeirinhas se veem impedidos de avançar nos estudos porque as salas de aula simplesmente estão fora do alcance (MEIRELLES, FERREIRA, 2014). Em uma sociedade da informação, para que o aluno possa acompanhar o mercado de trabalho ele deve ter o acesso às atualidades de forma instantânea. Todo o material didático pode ser digitalizado e compartilhado *online*. É possível transformar livros, manuais e aulas de facilitação gráfica em conteúdo digital. Essa é uma alternativa segura para garantir a distribuição de conteúdo com mais facilidade de acesso. Cabe as instituições de ensino e educadores adaptar a educação para a transformação digital que o mundo vem passando, podendo criar um novo espaço de aprendizado para pessoas que ainda não pertencem ao espaço da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esta investigação a respeito dos recursos digitais para a educação rural enfatizando a relevância desta pesquisa para reflexão sobre como a educação rural é atendida pela modernização (tecnologias e metodologias) do ensino. Levando em consideração os aspectos da vida digital para o educando e educador e como eles se adequam aos modelos metodológica e tecnologicamente ativos, cada vez mais frequentes na vida das pessoas e presentes na formação social.

Hodiernamente, recursos tecnológicos para o aprendizado são indispensáveis como ferramenta de avanço social. As transformações tecnológicas têm feito parte da vida das pessoas e a escola, o professor e o indivíduo como aluno não poderiam ignorar esse processo de reforma da educação. A escola deve incluir o indivíduo e isso significa a inserção dos meios de pesquisa e comunicação nos recursos oferecidos para aprendizagem. Os alunos devem estar preparados para enfrentar as transformações sociais e profissionais e é dever do Estado, por meio de suas instituições, em especial da escola, disponibilizar e orientar adequadamente sobre tais recursos e seus usos.

Infelizmente, apesar das grandes mudanças na educação no Brasil em um curto espaço de tempo, observamos, nesta pesquisa, que a educação rural tem um

longo caminho pela frente para ao menos equilibrar-se à educação urbana. Mesmo que haja projetos de lei, programas para digitalização do ensino ou planos para inserção de equipamentos tecnológicos nas escolas rurais, o déficit do ensino rural visto atualmente pode não ser solucionado, uma vez que estas ferramentas não funcionam por si mesmas – não são ensimesmadas) – e, sim, precisam ser aplicadas em conjunto com o incentivo, metodologias educativas e de gerenciamento de dados e informações, dinâmicas para adequação de cada comunidade ao programa, infraestrutura e outros meios de preparação do ambiente para receber os recursos tecnológicos.

Partindo desta análise investigativa, esperamos que novas problemáticas, novos benefícios e novas diretrizes de desenvolvimento educacional sejam considerados, manifestados e postos em discussão para estudos futuros a respeito do alcance da modernidade no ensino rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIMBATI, Ana Paula. Escolas rurais em quarentena: internet via rádio, acesso limitado aos materiais impressos e evasão escolar. **Nova Escola**. 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19440/escolas-rurais-em-quarentena-internet-via-radio-acesso-limitado-aos-materiais-impressos-e-evasao-escolar>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas, 2007**. Cadernos SECAD. Henriques, R., Marangon, A., Delamora, M. & Chamusca, A. Disponível em: <https://bit.ly/2IBqONd>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Resolução CEE/CP nº 08 de 06 de dezembro de 2018. **Documento Curricular para Goiás**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/go_curriculo_goiás.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2835/educacao-no-campo-sem-perspectivas#>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEMOS, M. R. Concepções teóricas da contemporaneidade: múltiplos olhares. **Aurora**. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2016.v9n2.08.p114>. Acesso em: 10 out. 2020.

MAROTI, Paulo Sergio. **Práticas educativas na educação do campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade**. / Sérgio Luiz Lopes, Organizador. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. 239 p.: il. Disponível em: <file:///C:/Users/vanessaellen/Downloads/Prticas%20educativas%20na%20educacao%20do%20campo%20desafios%20e%20perspectivas%20na%20contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

MEIRELLES, FERREIRA. Elisa, Ana Rachel. Educação no campo sem perspectivas. **Nova Escola**. 01 abr. 2014.

ONDI, Observatório Nacional de Inclusão Digital. **Mapas dos Telecentros**. 2011.

PAGLIS, CARLOS. **Informática na Agropecuária**. UFLA – Departamento de Agricultura. Disponível em: http://www.dag.ufla.br/MODAGP/_priva%20te/Internet_Agropec.pdf%3E. Acesso em: 04 set. 2020.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da educação do campo no brasil: o protagonismo dos movimentos sociais**. Revista Teias, [S.l.], v. 18, n. 51, p. 210-224, set. 2017. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758> . Acesso em: 07 out. 2020.

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil**. Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: Políticas, práticas, pedagogias e produção científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08>. Acesso: 08 out. 2020.

TORRES, Mirian Rosa. **Educação do Campo: por uma superação da Educação Rural no Brasil**. Paraná, 2009, 15 p. Tese (Especialização em Educação do Campo-EaD) - Universidade Federal do Paraná. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso: 09 out. 2020.

VALENTINI, C. B. & PESCADOR, C. M. Inclusão digital em uma escola do campo: movimentos provocados a partir da implantação de uma política pública no modelo 1:1. Revista Iberoamericana de Educación [(2019), vol. 79 núm. 1, pp. 135-154].

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/332990229_Inclusao_digital_em_uma_esc_ola_do_campo_movimentos_provocados_a_partir_da_implantacao_de_uma_politica_publica_no_modelo_11. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

VYGOTSKI, Levi S. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo: Fontes, 1991.